

EDITORIAL

Assédio eleitoral

O crescimento das denúncias de assédio eleitoral no ambiente de trabalho liga em alto volume a sirene da jovem democracia brasileira, exposta a interesses de classe. Segundo o Ministério Público do Trabalho, já foram registradas 223 infrações em 2026, das quais 95 ocorreram neste mês de início da campanha.

Embora os dados representem relatos ainda em apuração, eles revelam um problema: a tentativa de interferir na liberdade política de trabalhadores. O voto é um direito individual, secreto e garantido pela Constituição de 1988, incluindo alfabetos, desde a vitória sobre a sempre abominável ditadura.

Nenhum empregador, gestor ou autoridade pública pode usar sua posição de poder para pressionar colaboradores a apoiar determinado candidato ou partido. No entanto, as denúncias mostram ameaças de demissão, promessas de be-

Nenhum empregador, gestor ou autoridade pública pode usar sua posição de poder para pressionar colaborador a apoiar candidato

nefícios em troca de votos e constrangimentos em reuniões ou grupos de mensagens.

O problema torna-se ainda mais grave porque a relação de trabalho é marcada por desigualdades: o empregado depende do salário para sustentar a família. O ponto em questão passa longe de solucionar a grave contradição do voto universal, pois cada escolha tem o mesmo peso, embora os eleitores sejam distintos.

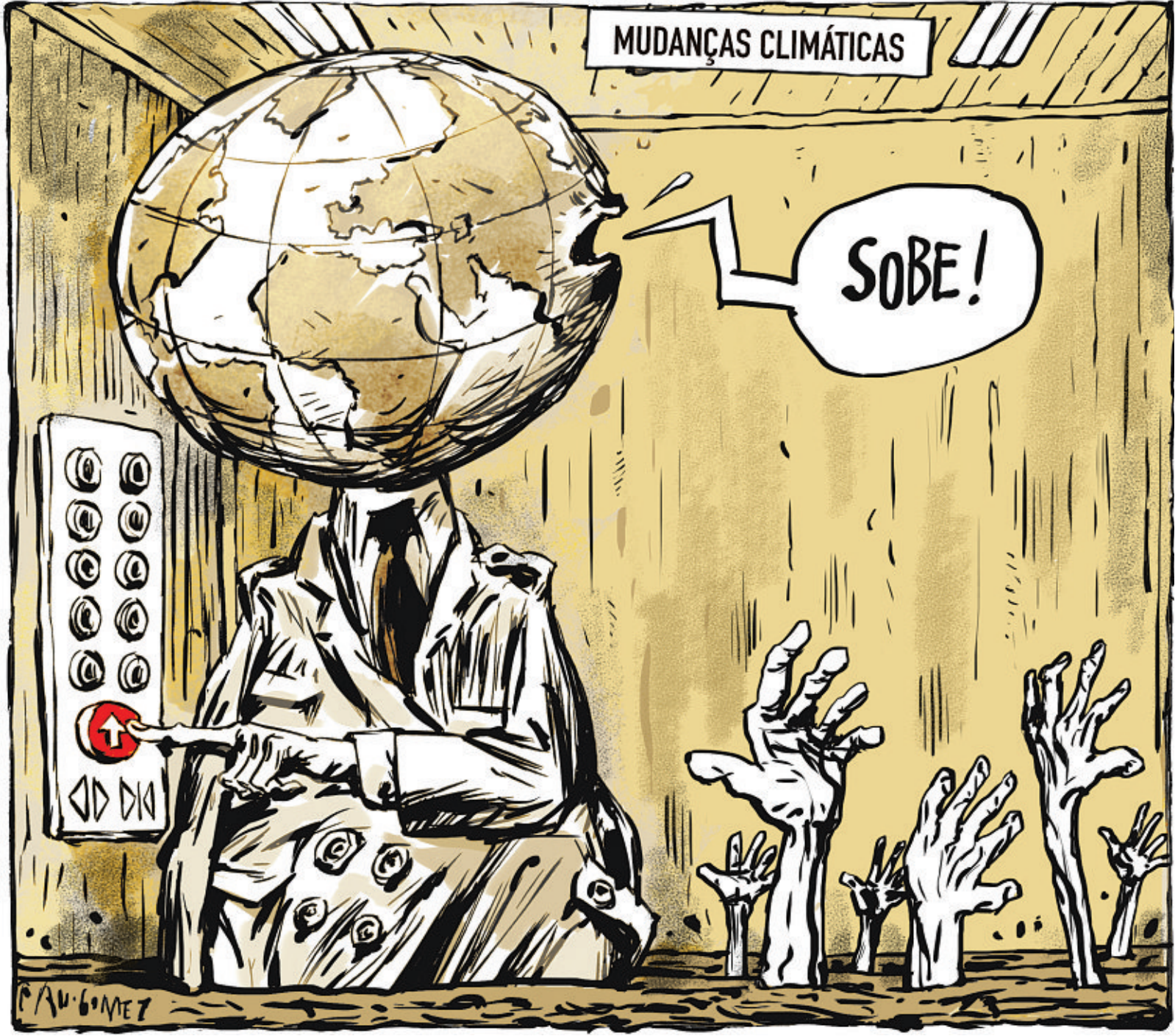
Esta vã filosofia da igualdade radical coloca no mesmo patamar consciências mais iluminadas de outras ainda envoltas pelo breu em plena dificuldade de enxergar. Ruim com ela, pior sem ela,

quando é vendada a vista de todos e todas, se o patrão inibe a livre manifestação da cidadania, sozinha, frente a frente com a urna.

A polêmica implica recuar no tempo e verificar, uma vez mais, uma história rica de inusitado, pois foi na Era Vargas – o golpe de 1930 – a instituição do voto secreto. Também se pode atualizar a luta em defesa do sufrágio quando se lembra da seleção de eleitores por critério de renda, durante todo o período da monarquia.

Por todas as razões, morais, históricas e pautadas no senso de justiça, é preciso punir com todo o rigor quem pratica o vil assédio eleitoral.

CAU GOMEZ



Mais um atentado à Sé Primacial

Paulo Ormino de Azevedo
Arquiteto, professor titular aposentado da UFBA e membro da ALB, IAB e ABI pauloormindo@gmail.com

Em 1933 a primeira catedral do Brasil, conhecida como Igreja da Sé, iniciada em 1551 e nunca terminada, foi comprada e demolida pela Cia. Linha Circular da Bahia num escândalo que envolveu também o Arcebispado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador.

Esse episódio motivou Fernando da Rocha Peres a escrever o livro Memória da Sé que já teve três edições. A Cia. Linha Circular de Carris, filial da General Eletric, comprou ainda três quarteirões para criar um terminal de bondes que funcionou por apenas 27 anos. Com o dinheiro da venda, D. Augusto Álvaro da Silva, pernambucano, comprou uma casa no Campo Grande para sua residência e uma gleba de cerca de 10.000 m² na Federação para instalação do Seminário da Arquidiocese, depois convertido em um dos campi da Universidade Católica de Salvador.

A documentação da Cúria Metropolitana de São Salvador foi transferida para o Paço Arquiepiscopal de Salvador, vizinho da Igreja da Sé. Como o prédio vinha se arruinando com problemas no telhado, Consuelo Pondé de Sena e a ABI lideraram uma campanha, em 2014, pela sua restauração. A obra custou R\$ 29.000.000,00 ao BNDES e foi reinaugurada em 2019. Ali foi instalado o Centro de Referência da Igreja Católica no Brasil, com 16.000 manuscritos e documentos, organizado pelo Pe. Abel Pinheiro. Finalmente os arquivos da Sé Primacial estavam preservados.

Ledo engano, o prédio acaba de ser transformado na nova Sede da Prefeitura de Salvador, e seu rico e frágil acervo acomodado no subsolo, ou ossário, da Catedral Basílica, sem nenhuma condição de conservação. O Cine Excelsior, pertencente à Congregação Mariana, está sendo vendido para se transformar na Câmara de Vereadores e a Praça Municipal deve ser convertida em estacionamento privativo do Hotel Allard/Rio Branco.

A casa de D. Augusto já havia sido vendida à Odebrecht e transformada na luxuosa Mansão dos Cardeais, inaugurada em 2004. Destino menos nobre deverá ter o antigo Seminário Arquidiocesano, atual Campus Federação da Ucsal, que acaba de ser vendido à construtora Moura Dubeux, que comprou também os hotéis Pestana Rio Vermelho e Salvador Praia Pituba para demolir e o Othon para converter em apartamentos. É Pernambuco recolonizando a Bahia. A empresa pretende construir na Av. Cardeal da Silva quatro torres de quarto-e-salas pelo programa Minha Casa Minha Vida, numa via que já não dá conta do tráfego atual.

O desmonte desses arquivos é um segundo atentado à Memória da Sé, equivalente ao de 1933, envolvendo igualmente a Igreja Católica, a Prefeitura, e ao invés da Cia. Linha Circular, a especulação imobiliária. A Igreja Católica na Bahia tem que encontrar outras formas de financiar seus projetos sociais, como o fortalecendo da Ucsal, não dilapidando o seu patrimônio, e a Prefeitura deve tomar mais juízo. Triste Bahia!

O mamoeiro da minha rua

Laurenço Mueller
Arquiteto e urbanista, doutor em arquitetura e urbanismo e mestre em ciências sociais pela UFBA muellercosta@gmail.com

Se fosse... Mas não é.

Nasceu na rua, como a flor de Drummond, depois que cortaram, com a permissão oficial desta mesma municipalidade, uma linda e produtiva cajazeira.

Talvez a semente do mamão, ao germinar, tivesse pensado: “quem sabe terei mais sorte?”.

E nasceu na rua, onde não poderia ser cortada por direito, a rua é pública e é a rua Humberto de Campos, tem nome de poeta, escritor e espírito de luz. Numa rua de ricos, se assim se podem chamar os seus moradores, que certamente possuem uma renda acima dos dez salários mínimos. Cada um.

Qual destino terão os seus frutos?

Os enormes mamões de Formosa estão sendo vendidos no mercado a quatro reais o quilo. A árvore, que já está um pouco mais alta do que eu (181 cm) já está produzindo, por enquanto pequenos frutos que ainda não foram colhidos e não sabemos que espécie de mamão eles serão.

E por que merecem uma crônica?

Não apenas porque fui seduzido pela árvore e seus mamoezinhos encantados, uma fruta ‘de pobre’ nascida de uma árvore ‘de pobre’ e aparecida em rua ‘de ricos’, podem me acusar de gostar de aspas simples e o que podem significar na cabecinha de cada um, gosto mesmo...

Porque ali está a poesia verde: a sementinha, alguns meses antes, germinou em solo adubado e num canteiro que pedimos à prefeitura para fazer na esquina como atenuante à velocidade mortal dos perversos dinossauros metálicos, carros e motos que penetram na indefesa rua residencial: seria apenas um canteiro de arbustos floridos, mas a sementinha insinuou-se ali, lançada por nunca se saberá quem, ser humano ou passarinho, e criou raízes, abraçou corajosa e circularmente o meio-fio do canteiro, apoiou-se, e bem deve ter pensado, como pensam os invasores ousados: “daqui ninguém me tira”.

E por enquanto não tiraram mesmo, como fizeram com a aristocrática cajazeira, a dos frutos dourados ‘sujando’ o burro e quente teto transparente da doceria dona da árvore.

Eu a estou observando, torcendo para que cresça, engrosse mais o seu caule retilíneo, mostre como são poderosas as árvores crescidas e acentue esta contradição urbana e humana, isto de não admitir vida vegetal no meio da rua, mesmo num canteiro.

Talvez até mereça outro artigo, espero que não seja, de novo, para lamentar o seu assassinato...

Em Tempo: Um grande evento cultural está prestes a acontecer ‘quando setembro vier’. Mas só direi qual se a promotora me autorizar o ‘furo’.

Em Tempo 2: os membros de Kirimure que se inscrevam para uma reunião de aniversário próximo mês, no IGHB.